

# Notas Explicativas - Demonstrações Contábeis

## Dados da Entidade

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ**

### Natureza Jurídica

**Órgão Público do Poder Judiciário Federal**

### Domicílio

**Belém-PA**

### Atividade Principal

**Prestação de serviços jurisdicionais em matéria eleitoral e partidária e de serviços administrativos na realização de pleitos eleitorais e de formação e manutenção do cadastro eleitoral.**

### Código da Unidade Gestora

**070004**

### Código da Unidade Orçamentária

**14114**

### CNPJ

**05.703.755/0001-76**

## **Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis**

As Demonstrações Contábeis são elaboradas a partir da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Essas Demonstrações seguem as orientações técnicas dispostas no Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público (MCASP), de competência da Secretaria do Tesouro Nacional, e nas normas brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Pará também foram elaboradas a partir dos dados produzidos pelos lançamentos contábeis realizados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), com base no Plano de Contas aplicado ao Setor Público (PCASP), além dos registros patrimoniais do Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet). Essas demonstrações são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- Notas Explicativas.

# Notas Explicativas – Balanço Patrimonial

Todos os valores monetários estão expressos em milhares, na moeda funcional da União, o Real (R\$).

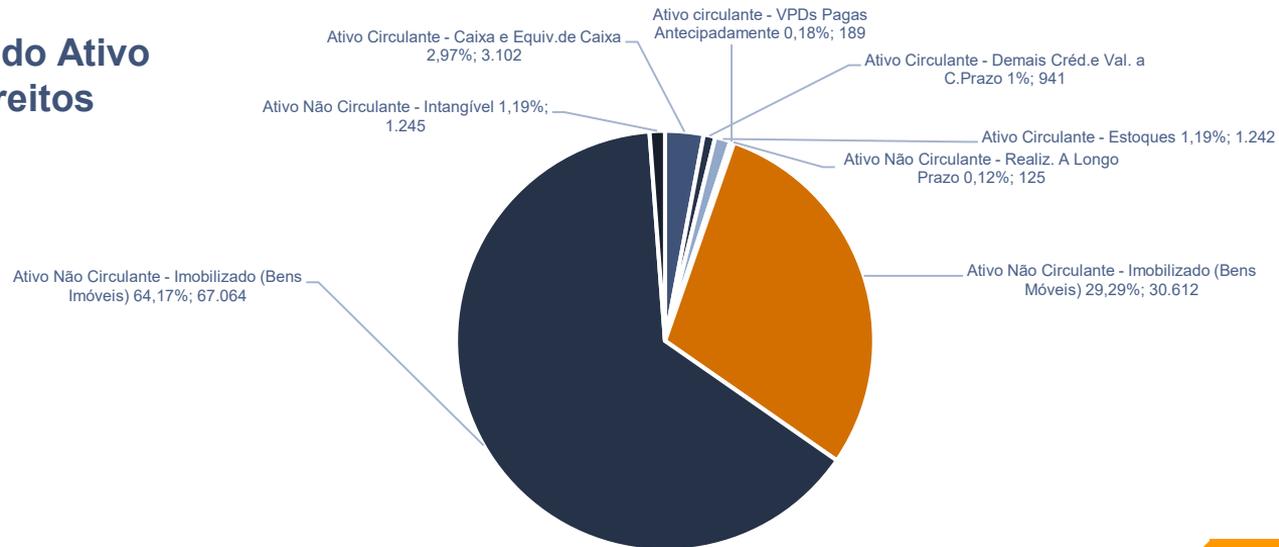
COMPOSIÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL - 2019



# Notas Explicativas – Balanço Patrimonial

Ativo Circulante – Caixa e Equivalente de Caixa	Ativo Circulante – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	Ativo Circulante – Estoques	Ativo Circulante – VPDs Pagas Antecipadamente	Ativo não Circulante – Realizável a Longo Prazo	Ativo não Circulante – Imobilizado – Bens Móveis	Ativo não Circulante – Imobilizado – Bens Imóveis	Ativo não Circulante – Intangível
3.102	941	1.242	189	125	30.612	67.064	1.245

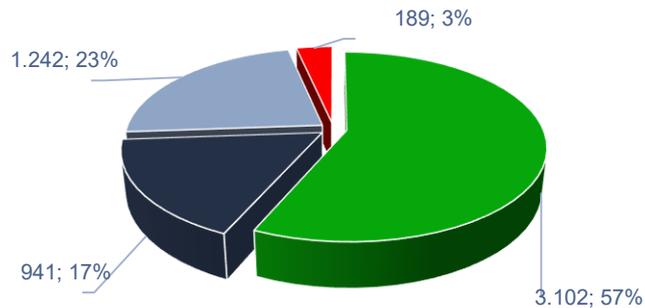
## Composição do Ativo Bens e Direitos



# Notas Explicativas – Balanço Patrimonial

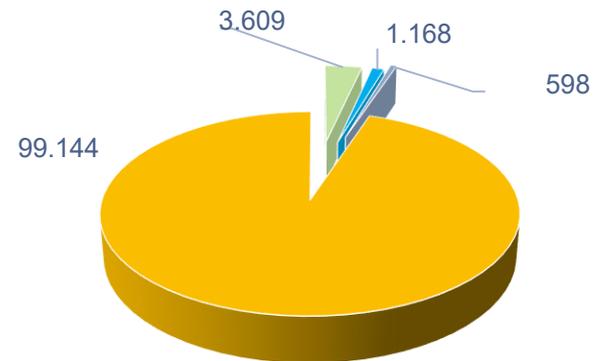
## COMPOSIÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE

2019	
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.102
Créditos e Valores a Curto Prazo	941
Estoques	1.242
VPD - Pagamento Antecipado	189



- Caixa e Equivalentes de Caixa
- Créditos e Valores a Curto Prazo
- Estoques
- VPD - pagamento antecipado

## COMPOSIÇÃO DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OBRIGAÇÕES



- Passivo Circulante - Obrigações Trabalhistas, Previdenc. a Assistenc. a Pagar a Curto Prazo
- Passivo Circulante - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo
- Passivo Circulante - Demais Obrigações a Curto Prazo
- Patrimônio Líquido - Resultados Acumulados

# Notas Explicativas – Balanço Patrimonial

## 1 ATIVO CIRCULANTE

### 1.1 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em obediência ao Princípio Orçamentário do Caixa Único (também conhecido como de não-afetação de receitas), este Tribunal não possui conta bancária própria, sendo que os recursos que ingressaram para fazer face ao pagamento das despesas do Órgão se originaram do Tesouro Nacional, mediante sub-repasse de financeiro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Além disso, houve ingressos de recursos próprios provenientes do pagamento de taxas de concurso público.

Estes sub-repasses de financeiro movimentaram a conta patrimonial representativa de Limite de Saque – e constituem-se em “recursos liberados pelo Tesouro” –, cujo saldo no final do exercício de 2019 perfazia R\$ 2.574 mil. A este valor somar-se-ão os valores dos novos sub-repasses a serem recebidos no exercício seguinte os quais servirão para fazer face ao pagamento de despesas orçamentárias de 2019, cujas quitações não puderam se dar naquele exercício, e que passaram para o exercício seguinte como “restos a pagar”.

Também se encontram registrados em contas patrimoniais, representativas de caixa e equivalentes de caixa, os valores depositados em contas judiciais, cujo saldo no encerramento do exercício de 2019, era de R\$ 528 mil. Esse montante depositado em contas judiciais decorre de apreensões de valores ocorridas em razão da prática de conduta de crime eleitoral, fianças pagas e de transações penais em processos que tramitam no Cartórios Eleitorais. Os registros contábeis são realizados para fins de controle (pelo valor original) e em obediência aos normativos que disciplinam o assunto no âmbito da Justiça Eleitoral.

As contas judiciais guardam diferença em relação às contas bancárias comuns, uma vez que objetivam representar controles próprios emitidos pelo Banco do Brasil ou pela Caixa Econômica Federal (CEF), para guarda provisória de valores específicos. O Setor Contábil está revisando tais valores, de modo a ajustá-los para melhor representar a real situação de cada processo.

### 1.2 - CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO

Importante ressaltar a representatividade do valor créditos em circulação que compõem o patrimônio da Unidade Prestadora de Contas (UPC), representado pelo subgrupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, conforme demonstrado no infográfico a seguir. Tais créditos são registrados em moeda nacional e sua avaliação e mensuração obedecem ao critério do valor original.

Dos créditos em circulação, destacam-se os adiantamentos (numerários) concedidos a servidores a título de salários e ordenados que perfazia, no final do exercício de 2019, o valor de R\$ 269 mil. Frise-se também o valor dos adiantamentos concedidos a título de suprimento de fundos para pagamento de despesas pontuais em que incorrem os Cartórios Eleitorais, tais como manutenção predial e transporte, que se constituem na alternativa adotada pela Administração para o pagamento das despesas necessárias ao atingimento dos objetivos do Órgão. Ao final do exercício de 2019 o saldo correspondente a esses adiantamentos era da ordem de R\$ 44 mil o qual se constituía a partir dos valores concedidos e cujos processos de prestação de contas dos supridos ainda se encontravam em tramitação neste Tribunal para fins de apuração de sua regularidade, após o que, proceder-se-ia à baixa da responsabilidade do suprido, a depender do resultado da análise empreendida.

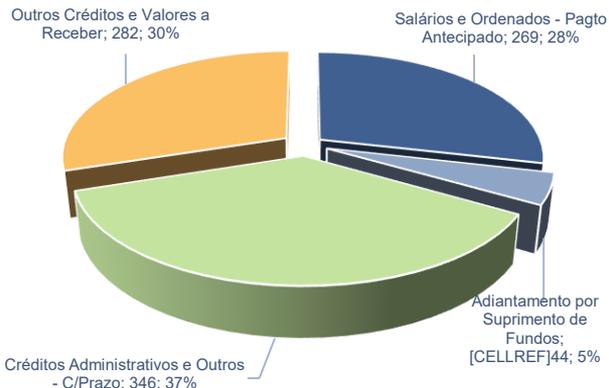
Também pela representatividade cita-se o valor presente na conta contábil de “créditos por danos ao patrimônio por falta ou irregularidade de comprovação – créditos administrativos” que, ao final de 2019, compreendia o valor de R\$ 346 mil. Os registros contábeis realizados nesta conta se dão pelos valores originais, contemplando-se, também as atualizações monetárias incidentes, as quais são obtidas pela utilização do Sistema Débito do Tribunal de Contas da União (TCU).

Mencione-se ainda, pelo mesmo critério, o valor registrado contabilmente como “créditos a receber decorrentes de folha de pagamento” da ordem de R\$ 59 mil que se originou da Decisão TCU n. 220/1999 a qual instituiu metodologia diversa daquela que autorizou o pagamento de Gratificação Especial de Localidade (GEL) a servidores deste Tribunal em exercícios pretéritos. Esses valores estão sendo devolvidos e compensados com bancos de horas de acordo com a situação dos servidores contemplados, à época, com o recebimento da gratificação citada.

Nesta mesma linha, ressalta-se o valor de R\$ 201 mil registrado na conta “outros créditos a receber e valores a curto prazo” que decorre da celebração de Termos de Execução Descentralizada (TED) com a Universidade Federal do Pará (UFPA).

# Notas Explicativas – Balanço Patrimonial

## COMPOSIÇÃO DOS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO



Por fim, informa-se que, em 2019, foram encaminhados à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) – através de sua representação no Estado do Pará – para cobrança executiva e judicial e inscrição em Dívida Ativa da União (DAU), 4 (quatro) créditos administrativos, no montante de R\$ 13 mil que, desse modo, foram baixados das respectivas contas representativas do Ativo.

## 1.3 – ESTOQUES

Este Tribunal registra as entradas de material no almoxarifado pelo seu valor de aquisição e aplica o custo médio ponderado para mensuração de todas as saídas de estoque para atender ao consumo interno, na forma preconizada na NBC TSP 04 (itens 35-37).

Quanto à fidedignidade dos saldos (finais) contábeis presentes nas contas patrimoniais de material em estoque (de almoxarifado), no total de R\$ 1.242 mil, verifica-se, mensalmente, a sua compatibilidade com os registros presentes nos Relatórios de Movimentação Mensal de Almoxarifado (RMMA) expedidos pelo Sistema ASIWEB, cuja operacionalização fica a cargo da Seção de Almoxarifado (SEAL), responsável pelo controle, guarda e distribuição destes materiais

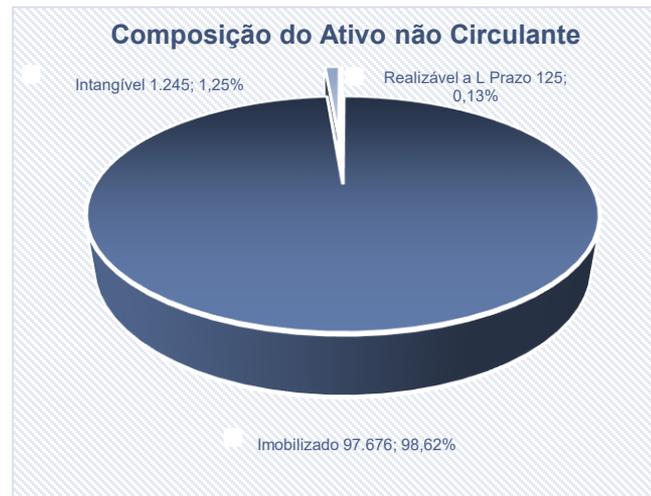
## 2 - ATIVO NÃO CIRCULANTE

Nesse grupo de itens patrimoniais, constam aqueles destinados a prover o Tribunal dos meios necessários para o desempenho regular de suas atividades – naquilo que as normas contábeis tratam como a capacidade de se gerar benefícios futuros ao Órgão –, e que tenham uma existência duradoura, em que se espera utilizá-los para além do próprio Exercício, ou seja, a longo prazo (LP).

Nesse sentido, compreendem-se tanto os imóveis destinados ao funcionamento da Sede e de seus Anexos, dos Depósitos de Materiais e dos Cartórios Eleitorais na Capital e no Interior do Estado, como também os bens móveis e as licenças de *softwares* adquiridos.

O Ativo Não-circulante do Tribunal, no final de 2019, encontrava-se distribuído nos subgrupos, conforme gráfico abaixo:

## Composição do Ativo não Circulante



# Notas Explicativas – Balanço Patrimonial

## 2.1 ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Apresentava, ao final de 2019, o valor de R\$ 125 mil, decorrente de registros de créditos a receber por falta ou irregularidade de comprovação.

## 2.2 IMOBILIZADO

Da aplicação das dotações orçamentárias e dos recursos financeiros recebidos, percebe-se a acentuada concentração de investimentos na formação de um patrimônio de bens móveis e imóveis. O Ativo Imobilizado se mantém, numa constante, ao longo dos últimos 4 anos, como relevante subgrupo patrimonial.

Item	2016	2017	2018	2019
Ativo Imobilizado	96.148	99.898	98.973	97.676
Ativo	103.093	106.564	107.197	104.520

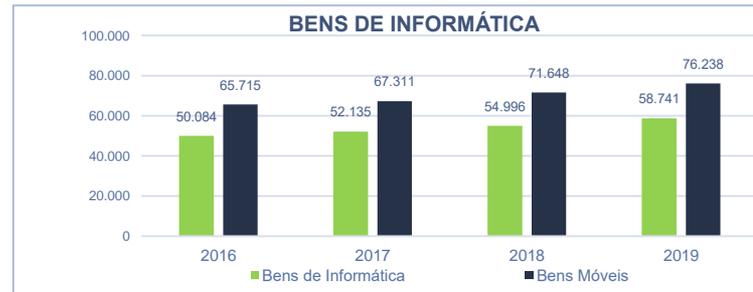


## 2.2.1 – BENS MÓVEIS

O TRE/PA tem investido bastante na aquisição de bens móveis visando dotar-se dos meios necessários para bem desempenhar sua missão institucional. Nesta linha, observa-se que foram feitas aquisições significativas, ao longo dos últimos anos, especialmente em equipamentos de informática, conforme explanase a seguir:

### 2.2.1.1 - BENS DE INFORMÁTICA

O TRE/PA tem aplicado recursos consideráveis na aquisição de Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), seja por compra direta ou pela intermediação de outros Tribunais Eleitorais (compras centralizadas ou cessão de uso) que, nos últimos 4 anos, manteve-se em torno dos 75% (setenta e cinco por cento) das incorporações de bens móveis, o que denota a preocupação do TRE/PA em modernizar o seu Parque de Informática para melhor atender suas finalidades, dentre elas, a de operacionalizar as eleições informatizadas.



# Demonstrações Contábeis – Balanço Patrimonial

## 2.2.1.2 – TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO DE BENS MÓVEIS

O TRE/PA aplica taxas mensais de depreciação sobre o conjunto de seus bens móveis, demonstrado no Ativo Imobilizado do Balanço Patrimonial, e que são reconhecidas como despesa de cada exercício, a fim de quantificar e evidenciar o grau de desgaste natural ao longo de sua vida útil, produzido pelo seu consumo, obsolescência/defasagem tecnológica ou por outros fatores que reduzem o valor de seu custo de aquisição.

Quanto à depreciação de bens móveis o TRE/PA aplica, desde o exercício de 2010, as disposições contidas na NBC TSP 07, que estabelece o tratamento contábil para os itens do Ativo Imobilizado.

As taxas mensais de depreciação são fixadas conforme programação própria do sistema ASIWEB, o qual é utilizado no âmbito da Justiça Eleitoral para o gerenciamento e o controle dos bens móveis e dos estoques em almoxarifado. Considera-se como tempo de vida útil, aquele adotado pela STN, descrito no Manual SIAFI, em sua Macrofunção 02.03.30.

A estimativa do tempo de vida útil de um bem e o estabelecimento da taxa de depreciação mensal seguem os seguintes critérios:

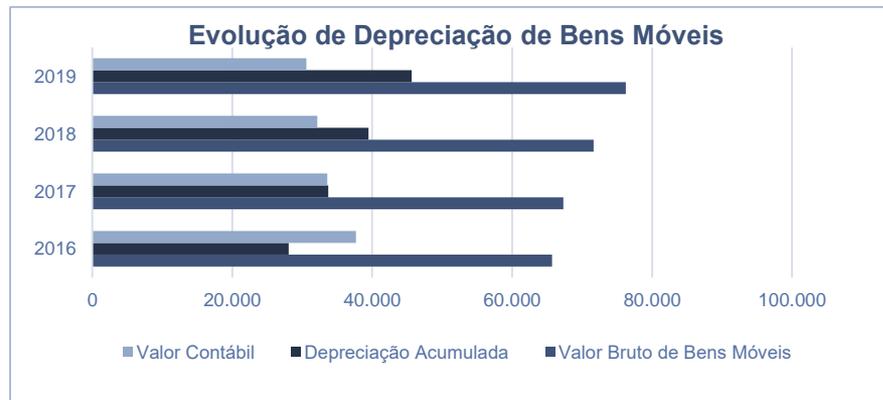
- Capacidade de geração de benefícios futuros;
- Desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não; e
- Obsolescência tecnológica.

Pelo sistema ASIWEB, utiliza-se o método das quotas constantes, que consiste na divisão do valor a ser depreciado pelo tempo de vida útil do bem, para se estabelecer o valor da taxa mensal de depreciação.

Na tabela e no gráfico abaixo, observa-se a evolução da depreciação acumulada nos últimos 4 anos, demonstrando que o TRE/PA vem aplicando as taxas correspondentes, bem como que essa depreciação acompanha o crescimento dos bens móveis incorporados no período, consequência da política do Tribunal em renovar seu patrimônio de bens móveis com novas aquisições e outros tipos de entrada. Destaca-se que houve baixas de bens classificados como inservíveis e também de bens doados por este Tribunal, ambas já consideradas na determinação do montante de bens móveis no final de 2019.

Em 2019, não houve procedimentos de reavaliação e de perda por redução ao valor recuperável de bens móveis. Desse modo, considerou-se o “valor contábil” (líquido) de cada item do Ativo Imobilizado após deduzida a depreciação acumulada.

Demonstrativo da Evolução da Depreciação de Bens Móveis				
Itens	2016	2017	2018	2019
Valor Bruto de Bens Móveis	65.715	67.311	71.648	76.238
Depreciação Acumulada	28.045	33.706	39.474	45.627
Valor Contábil	37.670	33.605	32.175	30.612

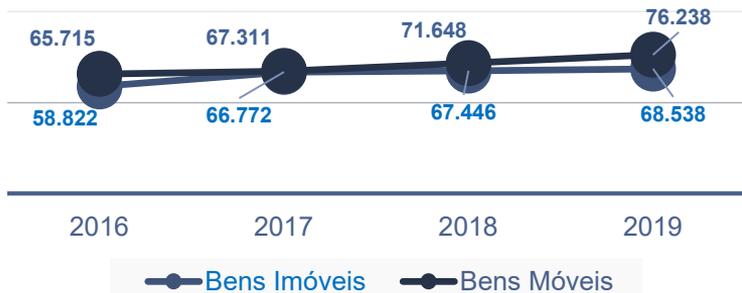


# Notas Explicativas – Balanço Patrimonial

## 2.2.2 – BENS IMÓVEIS

Os esforços empreendidos pela Administração do TRE/PA na aquisição de imóveis, seja pela compra ou por processo de doação (junto ao Governo do Estado e outros Entes), nos últimos anos, restam evidenciados na relevância que os bens imóveis adquiriram dentro do próprio subgrupo do Ativo Imobilizado, conforme curva crescente no infográfico a seguir. O TRE/PA não possui a propriedade real desses imóveis, que passam a pertencer à União (como Ente Federativo), porém lhe é concedida a utilização para os fins pleiteados, em processo de registro que tramita pelo Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

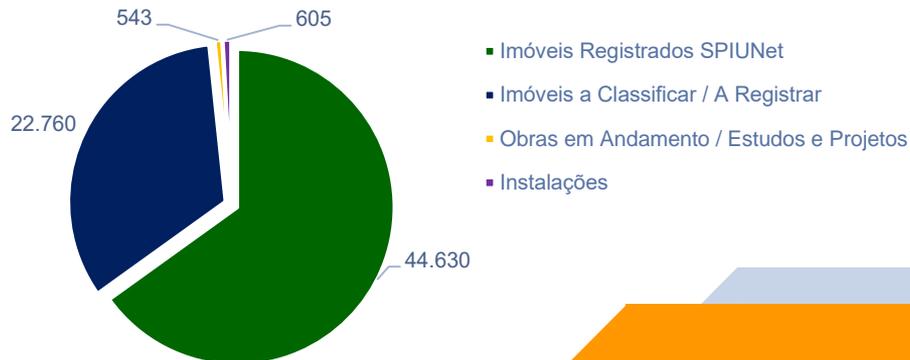
### Composição do Ativo Imobilizado



Ressalta-se que os itens do Ativo Imobilizado incorporados em 2019 foram mensurados pelos seus respectivos custos na aquisição ou na construção, conforme NBC TSP 07, uma vez que não houve procedimentos de reavaliação ou de redução a valor recuperável de bens no exercício, à exceção dos imóveis incorporados após o seu registro no Sistema de Gestão de Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNet), em que o valor contabilizado é calculado a partir de parâmetros de mercado (área, perímetro etc.), inseridos no próprio sistema.

Em 2019, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) registrou, no SPIUNet, 4 (quatro) novos imóveis com utilização para este Tribunal, no total de R\$ 2.656 mil. Ainda assim, ressalva-se o saldo final na conta de “Bens Imóveis a Classificar/a Registrar”, de R\$ 22.759 mil. Esse valor corresponde a 33,21% do total dos imóveis contabilizados em nome deste Tribunal, e evidencia os ainda não cadastrados no SPIUNet, em razão de pendências de documentação ou outras no registro na SPU ou em Cartório, e que, portanto, merecerão atenção especial dos setores envolvidos para o exercício seguinte.

### Composição dos Imóveis Contabilizados



# Notas Explicativas – Balanço Patrimonial

## 2.2.2.1 - TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO DE BENS IMÓVEIS

São aplicadas taxas de depreciação sobre os bens imóveis, sendo que foram registradas, diretamente pela Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (CCONT/STN), as despesas com depreciação dos Edifícios do TRE – PA, com base em planilhas encaminhadas regularmente pela SPU, a partir do sistema SPIUNet, quando do cadastro dos imóveis.

A depreciação incidente sobre os bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurada mensal e automaticamente pelo Sistema SPIUNet sobre o valor depreciável desses bens utilizando-se o **Método da Parábola de Kuentzle** (art. 7º da Portaria Conjunta SPU-STN 703/2014).

No exercício de 2019, o total das despesas de depreciação dos imóveis registrado foi de R\$ 852 mil. Contudo, conforme informação da COFIC do TSE, o valor registrado como depreciação acumulada de bens imóveis, no âmbito da Justiça Eleitoral, no exercício em questão, teve acréscimo de 92,55% em relação ao anterior, em razão de erro apresentado no arquivo enviado pela SPU à STN, esta última responsável pelo registro da depreciação de imóveis. Considerando que o exercício de 2019 se encontrava encerrado, quando foi detectado o erro, os valores foram corrigidos pela STN em 31/01/2020, por meio de nota de lançamento.

**Evolução dos Bens Imóveis – SPIUNET e Depreciação Acumulada**



■ Bens de uso especial - SPIUNET ■ Depreciação Acumulada

## 2.3 – INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis são aqueles que resultem de direitos contratuais ou legais, sendo controláveis e que possam gerar benefícios econômicos futuros para o Órgão a exemplo dos softwares adquiridos.

### 2.3.1 – AMORTIZAÇÃO DOS INTANGÍVEIS

Desde o exercício de 2012 esta UPC realiza os registros de amortização dos ativos intangíveis registrados em seu patrimônio, sendo que o critério para sua contabilização é a avaliação dos potenciais de geração de benefícios dos bens registrados contabilmente.

A partir de janeiro de 2016, mediante o COMUNICA SIAFI – mensagem 2015/1799873 – emitido pela Coordenação Geral de Contabilidade (CCONT) em 11/11/2015, foi expedida a orientação segundo a qual as contas do subgrupo 124 – ATIVO INTANGÍVEL seriam segregadas em ATIVO INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL DEFINIDA e ATIVO INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA, sendo que apenas o primeiro grupo estaria sujeito à amortização, conforme previsto nos instrumentos normativos que disciplinam o assunto.

A maioria dos softwares que compunham o patrimônio deste Tribunal classificavam-se como de “vida útil indefinida” conforme, informado pelo Setor competente da área de informática. Somente em julho de 2016 foram adquiridos bens (softwares) que apresentavam “vida útil definida”. Desta forma, foram realizadas análises e feitos os cálculos da amortização incidente sobre os softwares com vida útil definida e feitos os registros contábeis necessários.

No final do exercício de 2019, a COFIC do TSE, emitiu a Orientação n. 12/2019-COFIC/SOF/TSE, que trata da contabilização do ativo intangível do Órgão. Como parte das ações para implementar as recomendações ali contidas, solicitou-se aos Setores competentes da área de Informática que fosse feito o levantamento dos softwares que ingressaram no patrimônio deste Tribunal no período compreendido entre 2010 e 2018, verificando se ainda estariam em uso e se seriam capazes de gerar benefícios futuros para o Órgão.

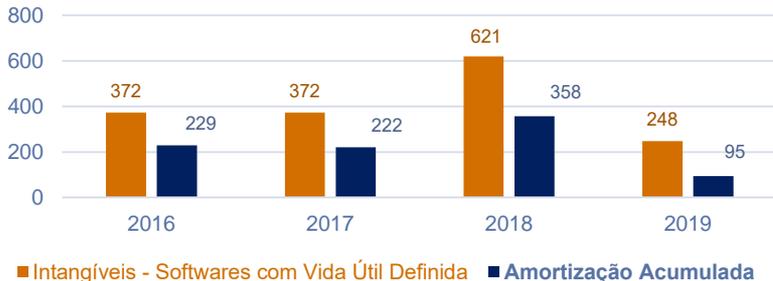
# Notas Explicativas – Balanço Patrimonial

Seguindo a referida Orientação, foram registrados, no sistema ASIWEB, os softwares que possuem vida útil definida bem como a amortização incidente sobre eles até então e os cálculos da amortização passaram a ser feitos pelo Sistema e conciliados com os registros contábeis no fechamento mensal com base nas informações extraídas do Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB).

No final do exercício de 2019 o saldo apresentado na conta de Softwares com Vida útil Indefinida perfazia R\$ 1.091 mil. Nota-se que a maior parte dos bens intangíveis do Tribunal classifica-se como de vida útil indefinida.

Abaixo segue gráfico representando a evolução dos itens registrados na conta 1.2.4.1.1.01.01 – Intangíveis – Softwares com *Vida Útil Definida* onde se contempla um ingresso mais representativo no exercício de 2018 por conta de aquisições de softwares para implementação de sistemas visando à realização das eleições de 2018. Já no exercício de 2019, percebe-se considerável redução do valor nominal em razão da completa amortização de parte dos softwares. Essa ação refletiu também na redução da amortização acumulada nos exercícios de 2018 para 2019.

## Evolução dos Intangíveis e sua Amortização



## 3. PASSIVO CIRCULANTE - COMPOSIÇÃO

Todas as obrigações com terceiros estão alocadas no Passivo Circulante. Portanto, não há saldo contabilizado no Passivo Não Circulante, que abrange as obrigações de longo prazo. Assim, o passivo é composto, em sua totalidade, por obrigações de curto prazo.

### Pessoal a Pagar - Salários, Remunerações e Benefícios

O montante apresentado nesta conta, R\$ 1.838 mil, refere-se a passivos de pessoal registrados pela Contabilidade, cujas obrigações foram reconhecidas, porém o pagamento depende de disponibilidade orçamentária.

### Pessoal a Pagar - Férias

O montante de R\$ 1.771 mil, refere-se às apropriações mensais de despesa com férias, cuja obrigação é contabilizada de acordo com o regime de competência e cuja conciliação ocorre mensalmente, sendo que o valor a pagar refere-se a férias vencidas e não pagas no final do exercício de 2019.

### Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais

São obrigações com terceiros pela prestação de serviços ou fornecimento de materiais, registrados na conta 2.1.3.1.1.01.00 – Fornecedores Nacionais (R\$ 764 mil) e na conta 2.1.3.1.1.04.00 – Contas a Pagar – Credores Nacionais (R\$ 404 mil). Trata-se de despesas que já passaram pelo estágio da liquidação ou que se encontram em processo de recebimento pelo credor, mas cujos recursos só serão desembolsados no exercício seguinte.

### Demais Obrigações - Valores Restituíveis - Depósitos Judiciais

Corresponde a valores decorrentes de arbitramento de fiança e apreensão em virtude de cometimento de ilícito eleitoral além de homologação de transações penais, totalizando, ao final de 2019, o valor de R\$ 528 mil, que são depositados em conta judicial específica e aguardam o trânsito em julgado dos respectivos processos.

### Demais Obrigações - Valores Restituíveis - Depósitos Não Judiciais

O montante de R\$ 68 mil, se refere a valores devolvidos pelo banco, relativos a despesas de exercícios anteriores de pessoal, cujos pagamentos não puderam ser processados até o exercício em tela, em razão de inconsistência de dados bancários dos credores.

### Outras Obrigações a Curto Prazo - Indenizações, Restituições e Diárias

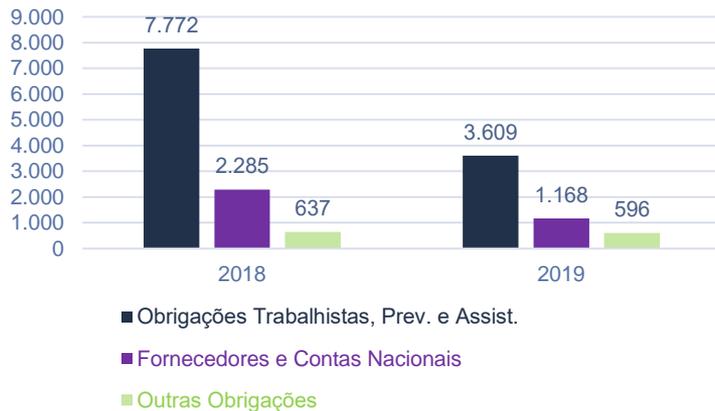
Obrigações devidas a servidores que tiveram a ordem bancária cancelada, mas que foram reemitidas no início do exercício seguinte (janeiro de 2020), tendo sido baixada na totalidade o valor de R\$ 2 mil.

# Notas Explicativas – Balanço Patrimonial

## Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Curto Prazo

Entre os exercícios de 2018 e 2019, houve uma redução significativa no montante dessa rubrica, sendo que o motivo principal foi o ajuste pela baixa de Férias a Pagar apropriadas em 2018 que foram quitadas e/ou conciliadas no exercício de 2019. Desta forma, percebe-se a redução de 53,56% nestas obrigações que ficaram pendentes para serem conciliadas no exercício seguinte.

### EVOLUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO



## 4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido apresentou em 2019, uma movimentação intensa na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, já que diversos lançamentos foram provenientes de acertos de saldos patrimoniais no Ativo e no Passivo, atribuídos a fatos ocorridos antes do exercício de referência. Ressalta-se que a maioria dos registros foi em movimentação credora, o que gerou o aumento da ordem de R\$ 5.369 mil.

Em relação à movimentação devedora, destaca-se o registro da baixa de crédito administrativo no montante de R\$ 18 mil, algumas reclassificações de ativo da ordem de R\$ 2.485 mil e o registro da baixa da Depreciação Acumulada em R\$ 26 mil.

Quanto aos registros credores, é importante destacar os ajustes de Amortização Acumulada em virtude de mudanças nos procedimentos de classificação de Ativos Intangíveis, o ajuste nas provisões tais como a baixa no adiantamento de férias, com o valor registrado de R\$ 2.741 mil e das Férias - conciliação – sendo que apenas dois registros geraram o movimento credor de R\$ 6.016 mil - baixa do Adiantamento de Férias e ajuste de Férias a Pagar.

No gráfico abaixo, percebe-se a evolução do Patrimônio Líquido, que passou de R\$ 96.497 mil, do exercício de 2018 para R\$ 99.144 mil em 2019, no percentual de 2,74%, conforme apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

Desta forma, mesmo com a contabilização das despesas de Depreciação, Amortização e outras Variações Patrimoniais Passivas de cunho não financeiro, os ajustes realizados tiveram movimento credor que se sobressaiu neste exercício de 2019.



# Notas Explicativas – Balanço Orçamentário

Todos os valores monetários estão expressos em milhares, na moeda funcional da União, o Real (R\$).

O Balanço Orçamentário (BO) evidencia a fixação e a execução da dotação orçamentária reservada exclusivamente ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA), Unidade Orçamentária 14114, no período de 1º/1 a 31/12/2019 (ano civil), tal como fixada na Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 13.808, de 15/1/2019 (publicada no Diário Oficial da União de 16/1/2019). O demonstrativo também abrange a execução de despesas por meio de descentralização/transferência de créditos (provisões) recebidos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e a execução dos Restos a Pagar constituídos nos exercícios anteriores.

Na concepção da LOA, foi fixada dotação orçamentária ao TRE/PA para atender os seus gastos correntes e de capital (investimentos). As despesas correntes servem à manutenção e ao regular funcionamento dos serviços prestados pelo Órgão. As de capital, no caso específico do Tribunal, em geral se referem à aquisição ou à produção de bens (móveis e imóveis) a serem utilizados na geração de seus serviços e que integrarão o patrimônio público.

Em função do princípio da unidade de Tesoureira de que trata o art. 56 da Lei nº 4.320/1964, não há previsão de receitas próprias para o TRE/PA na LOA. O Órgão conta com os repasses financeiros vindos do Tesouro Nacional, por meio da setorial financeira da Justiça Eleitoral (TSE), para o pagamento de suas despesas, visualizados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC), em “outros ingressos (financeiros) operacionais”, e no Balanço Financeiro (BF), em “Transferências financeiras recebidas – sub-repasse recebido”. Consideram-se despesas executadas, para o BO, as legalmente empenhadas no Exercício (art. 35, II, Lei nº 4.320/1964).

Desse modo, esclarece-se que o montante de R\$ 223.405 mil, presente como Déficit para a realização de receita, trata-se de arranjo contábil para garantir o equilíbrio, no próprio Demonstrativo, entre os agrupamentos da Receita e da Despesa Orçamentárias. Efetivamente, esse valor diz respeito ao somatório das despesas empenhadas em 2019 e não a qualquer déficit orçamentário real que possa ser apontado.

Em 2019, o TRE/PA também executou despesas orçamentárias cujas dotações foram fixadas originalmente para o TSE na LOA, e que lhe foram transferidas por meio de provisões. Geralmente, na Justiça Eleitoral, opera-se a provisão quando o TSE descentraliza para um Regional a execução de créditos orçamentários que estejam sob sua própria supervisão central. No exercício, o total de créditos empenhados pelo TRE, por meio de provisão recebida, chegou à ordem de R\$ 9.465 mil, para atender despesas correntes (pessoal e encargos sociais, e outras despesas) em ações voltadas à revisão biométrica do cadastro eleitoral (PTRES 084796) e a pleitos eleitorais (PTRES 084799 e 107670). Esse montante correspondeu a 4,42% do total das despesas empenhadas pelo Órgão.

Por esse motivo, figuram no BO, saldos negativos de dotação para as despesas correntes, no total de R\$ -6.710 mil que, em princípio, indicaria execução (empenho) de despesas deficitária em relação à própria dotação orçamentária que fora fixada ao Órgão na LOA.

Esse saldo negativo se formou por conta daquela execução de despesas orçamentárias por meio de provisão recebida do TSE, por sua vez, compensada por provisões e destaques (descentralização externa) de créditos orçamentários concedidos pelo próprio TRE/PA, na ordem de R\$ 2.279 mil, e pela formação de saldo positivo de dotação oriunda exclusivamente da execução da dotação orçamentária própria do Tribunal em despesas correntes, conforme demonstrado a seguir:

Especificação	Valor
Execução Orçamentária das Provisões Recebidas do TSE	9.465
Provisões Concedidas pelo TRE/PA ( - )	2.264
Destaque Concedido pelo TRE/PA ( - )	15
Créditos Disponíveis Despesas Correntes Dotação Própria ( - )	476
<b>Saldo de Dotação Negativo Presente no Balanço Orçamentário</b>	<b>6.710</b>

# Notas Explicativas – Balanço Orçamentário

O TRE/PA recebeu do TSE, em 2019, descentralização de créditos orçamentários, por meio de provisões, no total de R\$ 10.158 mil, dos quais se devolveram R\$ 664 mil na ação de revisão biométrica do cadastro eleitoral (PTRES 084796), restando o saldo líquido de R\$ 9.495 mil como créditos orçamentários disponíveis (a serem executados). Ao final do exercício, houve a sobra de créditos disponíveis, relativos a essas provisões, de R\$ 29 mil. Por outro lado, o Órgão também movimentou créditos orçamentários, por meio de descentralização interna de provisões concedidas, na ordem de R\$ 2.264 mil, destinadas ao TSE, dos quais R\$ 2.259 mil foram para atender à centralização de pagamento dos serviços de suporte à infraestrutura de informática de que trata o Contrato nº 16/2015. O TRE/PA também descentralizou créditos para Unidades fora da Justiça Eleitoral (Tribunal Regional Federal da 1ª Região e Advocacia Geral da União), por meio de destaques concedidos, no montante de R\$ 15 mil, para atender eventuais despesas de pessoal e de treinamento, nas quais o TRE/PA tomou parte ou guardava relação.

Ao se decompor a parcela dessa execução relativa à dotação originalmente consignada ao Tribunal das provisões recebidas do TSE, obtêm-se saldos positivos de dotação, diversos do presente no BO original, e que evidenciam a formação de sobra orçamentária correspondente aos créditos orçamentários que não foram utilizados no Exercício, conforme demonstrativo:

QUADRO DA DESPESA SEM AS PROVISÕES RECEBIDAS DO TSE EM 2019						
DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	188.621,60	211.108,25	208.352,44	205.228,30	205.207,16	2.755,81
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	148.256,89	168.453,04	168.171,46	167.846,07	167.846,07	281,58
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Outras Despesas Correntes</b>	40.364,71	42.655,21	40.180,98	37.382,23	37.361,09	2.474,23
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	253,76	5.588,68	5.587,26	4.787,13	4.655,21	1,42
<b>Investimentos</b>	253,76	5.588,68	5.587,26	4.787,13	4.655,21	1,42
<b>Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>188.875,36</b>	<b>216.696,93</b>	<b>213.939,70</b>	<b>210.015,43</b>	<b>209.862,37</b>	<b>2.757,23</b>

# Notas Explicativas – Balanço Orçamentário

A economia orçamentária, evidenciada no quadro anterior, traduz-se no saldo da dotação apurado ao final de 2019. Por outro lado, devem-se considerar as provisões e os destaques de créditos orçamentários concedidos pelo TRE/PA, pois não foram por ele utilizados na execução do Orçamento. Desse modo, os saldos efetivos de créditos disponíveis (relativos à dotação orçamentária própria do Tribunal), em 31/12/2019, encontram-se na tabela abaixo. Nela, demonstra-se a eficiência na execução do orçamento pelo Órgão, no sentido do aproveitamento desses créditos para atender os serviços prestados, representada nos seguintes percentuais, estabelecidos em relação ao valor da despesa fixada (e atualizada) no Orçamento:

Despesas Orçamentárias	Créditos Disponíveis em 31/12/2019	Representatividade em Relação à Dotação Fixada (%)
<b>Despesas Correntes</b>	<b>476</b>	<b>0,225</b>
- Pessoal e Encargos Sociais	282	0,167
- Outras Despesas Correntes	195	0,456
<b>Despesas de Capital</b>	<b>1</b>	<b>0,025</b>
- Investimentos	1	0,025
<b>Total</b>	<b>477</b>	<b>0,220</b>

O Orçamento de 2019 consignou ao Tribunal dotação inicial de total R\$ 188.875 mil, distribuídos para atender os grupos de despesa relacionados no quadro abaixo. Houve atualização dessa dotação pela abertura de créditos adicionais suplementares, no total de R\$ 28.318 mil. No Exercício, não houve abertura de créditos adicionais especiais e/ou extraordinários. Também foi cancelada dotação por alteração da lei orçamentária (em virtude de remanejamento), em novembro de 2019, no total de R\$ 497 mil, o que produziu o seguinte quadro de atualização líquida da dotação original do TRE/PA:

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial		Dotação Atualizada por Créd. Suplem. e Cancelamento de Dotação	
	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)
<b>Despesas Correntes</b>	<b>188.622</b>	<b>99,86</b>	<b>22.487</b>	<b>80,82</b>
- Pessoal e Encargos Sociais	148.257	78,49	20.196	72,59
- Outras Despesas Correntes	40.365	21,37	2.291	8,23
<b>Despesas de Capital</b>	<b>254</b>	<b>0,14</b>	<b>5.335</b>	<b>19,18</b>
- Investimentos	254	0,14	5.335	19,18
<b>Total</b>	<b>188.876</b>	<b>100</b>	<b>27.822</b>	<b>100</b>

Pelo quadro anterior, as despesas com pessoal e encargos sociais compreendem a maior parcela das dotações orçamentárias do TRE/PA, não somente as consignadas na LOA, como também as suplementadas por meio de créditos adicionais. As despesas de capital, por sua vez, de reduzido percentual no montante das dotações fixadas no Orçamento, foram contempladas com créditos suplementares para serem executadas em 2019. Esses créditos suplementares (compensados pela redução de dotação) suprimiram a execução de despesas orçamentárias, no percentual de 13% do total de empenhos emitidos.

# Notas Explicativas – Balanço Orçamentário

Em termos de execução orçamentária por natureza de despesa, a maior parte dos empenhos de despesas se voltou ao atendimento das despesas com pessoal e encargos sociais, representando 78,61% do montante empenhado em 2019 (apenas considerando a dotação original do órgão). Do outro lado, os investimentos (de capital) tiveram pequena participação em relação ao total das despesas empenhadas, no percentual de apenas 2,61%.

As despesas de caráter intragovernamental (na modalidade de aplicação 91) correspondem àquelas cujos valores são devidos por outros órgãos ou entidades governamentais que fazem parte do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) da União. Em 2019, basicamente, referiram-se: ao pagamento da contribuição previdenciária patronal e outros encargos sobre pessoal, recolhidas ao Regime Próprio de Previdência Social dos servidores (RPPS) e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); ao recolhimento de taxas diversas, multas e juros ao Tesouro Nacional; e às publicações pagas na Imprensa Nacional. O total dessas despesas, considerando-se apenas a execução da dotação orçamentária própria do Tribunal, foi de R\$ 17.441 mil, equivalente a 8,15% de todas as despesas empenhadas, e os três elementos principais, em ordem de relevância, estão assim constituídos:

Despesa Intragovernamental Executada	Valor	Percentual sobre as Despesas Intragovernamentais	Percentual sobre o Total das Despesas Executadas
Contribuição Previdenciária sobre serviço de Terceiro	45	0,25%	0,02%
Contribuição Patronal INSS	110	0,63%	0,05%
Contribuição Patronal RPPS	17.192	98,57%	8,03%

Do total de despesas empenhadas em 2019, a parcela daquelas executadas pela dotação orçamentária própria do Órgão, que passaram por todas as suas fases, ou seja, pagas no próprio exercício, foi de R\$ 209.862 mil, o equivalente a 98,09% do total empenhado, assim distribuídas:

Execução da Despesa Orçamentária – Dotação Própria do TRE/PA			
Grupo de Despesa	Total Empenhado	Total Pago	Percentual do Total Pago em relação ao Empenhado (%)
Pessoal e Encargos Sociais	168.171	167.846	99,81
Outras Despesas Correntes	40.181	37.361	92,98
Investimentos (de capital)	5.587	4.655	83,32
<b>Total</b>	<b>213.939</b>	<b>209.862</b>	<b>98,09</b>

Em contrapartida, a parcela empenhada de R\$ 4.077 mil, não paga em 2019, constituiu-se nas despesas orçamentárias inscritas em restos a pagar (para os Exercícios seguintes), equivalente a apenas 1,90% do total executado da dotação original do Tribunal (sem considerar a execução da provisão recebida), cuja composição segue demonstrada no quadro a seguir:

Inscrição de Restos a Pagar em 31/12/2019 – Dotação Própria do TRE/PA		
Grupo de Despesa	Valor	Percentual (%)
Pessoal e Encargos Sociais	325	7,98
Outras Despesas Correntes	2.820	69,16
Investimentos (de capital)	932	22,86
<b>Total</b>	<b>4.077</b>	<b>100</b>

# Notas Explicativas – Balanço Orçamentário

Em termos de valores absolutos, houve, no geral, redução de 28,71% no montante de restos a pagar inscritos ao final de 2019, em relação ao ocorrido no exercício anterior (2018), conforme evidenciado no BO (e Anexos I e II), considerando a execução integral do Orçamento pelo Tribunal (o conjunto da dotação original e das provisões recebidas):

Inscrição em Restos a Pagar (Processados e Não Processados)			
Natureza da Despesa	Em 31/12/2018	Em 31/12/2019	Variação (%)
Pessoal e Encargos Sociais	229	328	Aumento de 42,94%
Outras Despesas Correntes	4.769	3.000	Redução de 37,10%
Investimentos (de capital)	977	932	Redução de 4,63%
<b>Total</b>	<b>5.975</b>	<b>4.250</b>	<b>Redução de 28,71%</b>

Houve execução de restos a pagar, inscritos em Exercícios anteriores, ao longo de 2019, conforme demonstrado nos Anexos 1 e 2 do BO. Os restos a pagar não processados (RPNP) – despesas legalmente empenhadas pendentes de liquidação – foram liquidados na proporção de 73,12% do seu saldo acumulado até então. No mesmo período, o cancelamento de RPNP correspondeu a 21,55% desse saldo acumulado. Ao final de 2019, restou o montante de R\$ 302 mil a liquidar, de dotação original do Tribunal e de provisões recebidas, assim composto:

Composição Final dos RPNP Inscritos em Exercícios Anteriores a 2019		
Ano do Empenho - Dotação de Origem	Valor	Percentual (%)
2017 - Dotação Própria	20	6,45
2018 - Dotação Própria	127	42,18
2018 - Provisão Recebida do TSE	155	51,37
<b>Total</b>	<b>302</b>	<b>100</b>

Os restos a pagar processados (RPP) – despesas legalmente empenhadas já consideradas liquidadas e pendentes de pagamento – foram quitados em 2019 na proporção de 93,23% do seu saldo acumulado até então. No mesmo período, o cancelamento de RPP correspondeu a 0,01% desse mesmo saldo. Ao final de 2019, restou o montante de R\$ 81 mil a pagar, relativo à dotação original do Tribunal e às provisões recebidas, conforme a seguir:

Composição Final dos RPP Inscritos em Exercícios Anteriores a 2019		
Ano do Empenho – Dotação de Origem	Valor	Percentual (%)
2015 - Dotação Própria	4	5,12
2015 – Provisão Recebida do TSE	2	2,10
2016 – Provisão Recebida do TSE	14	17,44
2017 – Dotação Própria	32	39,02
2018 – Dotação Própria	29	36,31
<b>Total</b>	<b>81</b>	<b>100</b>

# Notas Explicativas – Balanço Financeiro

Todos os valores monetários estão expressos em milhares, na moeda funcional da União, o Real (R\$).

O Balanço Financeiro (BF) demonstra o resultado financeiro do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA), em 31/12/2019, cujo saldo se transfere para 2020, a partir da realização das receitas e das despesas orçamentárias, bem como da movimentação financeira (transferências e recebimentos) de caráter extraorçamentário. O resultado financeiro é adicionado aos saldos decorrentes do Exercício anterior (2018). Em certa medida, esse demonstrativo traz essa evidenciação sob o enfoque orçamentário da Lei nº 4.320/1964, de modo que permite ajustes, na sua própria composição, para essa apuração de ordem financeira.

O TRE/PA não está contemplado, na Lei Orçamentária Anual (LOA), para a previsão de receitas, em atenção ao princípio da Unidade de Tesouraria. Desse modo, não há indicação de valores em Receitas Orçamentárias, sejam estas ordinárias ou vinculadas, na coluna de ingressos do BF. Para custear o pagamento de suas despesas orçamentárias, o Tribunal conta, exclusivamente, com repasses financeiros do Tesouro Nacional, por intermédio da setorial financeira da Justiça Eleitoral (TSE), denominados de sub-repasses. Desse modo, o planejamento financeiro do Órgão depende das políticas econômica, fiscal e administrativa decididas pelo Governo Federal.

O montante do sub-repasse recebido, em 2019, foi de R\$ 219.815 mil, com decréscimo de 11,57% em relação a 2018 (que fora ano eleitoral). Como esses recursos financeiros se destinam às despesas orçamentárias, legalmente empenhadas, pagas no próprio Exercício, estão classificados como "resultantes da execução orçamentária" no BF. O Tribunal, no entanto, devolveu R\$ 10 mil desse montante.

O TRE/PA também recebeu recursos financeiros, por meio da setorial financeira da Justiça Eleitoral, para quitar restos a pagar inscritos em exercícios anteriores, no total de R\$ 5.157 mil, o que traduziu em acréscimo de 62,60% ao volume recebido em 2018. Pelo enfoque orçamentário do BF, essas transferências figuram como "independentes da execução orçamentária", assim segregadas daqueles sub-repasses recebidos.

Ao lado, demonstra-se a evolução dos recebimentos de sub-repasses e das transferências para pagamento de restos a pagar, nos últimos cinco anos. Evidenciam-se picos de aumento, em valores absolutos, nos anos eleitorais (2016 e 2018), justificável pelo volume das despesas orçamentárias envolvidas na realização dos Pleitos. De modo geral, também se observa a tendência ao aumento desses repasses financeiros ao TRE/PA no intervalo de tempo considerado.

Ingressos	2015	2016	2017	2018	2019
Sub-repasse Recebido	150.971	199.368	189.731	248.518	219.805
Transferências Recebidas para Pagamento RP	5.949	8.577	2.883	3.172	5.157
<b>TOTAL</b>	<b>156.920</b>	<b>207.945</b>	<b>192.614</b>	<b>251.690</b>	<b>224.962</b>

**Sub-repasses e Transferências Recebidas (2015-2019)**



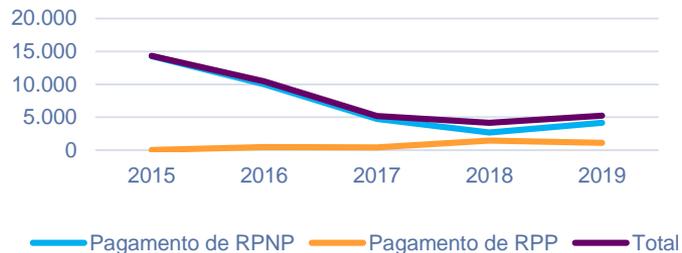
# Notas Explicativas – Balanço Financeiro

Considerado o intervalo dos últimos cinco anos, nota-se que os pagamentos de RP sofreram sensível redução, mas que também guarda relação direta com o próprio decréscimo sentido nas suas inscrições, verificável em igual período, conforme visualizado nos gráficos abaixo:

Dispêndios	2015	2016	2017	2018	2019
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	14.261	9.981	4.774	2.697	4.142
Pagamento de Restos a Pagar Processados	54	466	437	1.459	1.116
<b>TOTAL</b>	<b>14.315</b>	<b>10.447</b>	<b>5.211</b>	<b>4.156</b>	<b>5.258</b>

Ingressos	2015	2016	2017	2018	2019
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	10.441	5.621	2.665	4.799	4.106
Inscrição de Restos a Pagar Processados	407	1.119	791	1.145	153
<b>TOTAL</b>	<b>10.848</b>	<b>6.740</b>	<b>3.456</b>	<b>5.944</b>	<b>4.259</b>

**Pagamento de Restos a Pagar  
(2015-2019)**



**Inscrição de Restos a Pagar  
(2015-2019)**



Com efeito, tal como evidenciado no Balanço Orçamentário (BO), em 2019 a execução dos Restos a Pagar não Processados (RPNP) foi de 73,12% correspondente ao seu saldo inicial acumulado, enquanto que os Restos a Pagar Processados (RPP), foi de 93,23%. Como “pagamento extraorçamentário”, o próprio BF nos informa que houve aumento considerável na execução de RPNP em 2019, de R\$ 4.142 mil, ou seja, 53,57% a mais que em 2018. No entanto, quanto aos RPP, a sua execução se reduziu, em relação ao Exercício anterior, em 23,51%.

# Notas Explicativas – Balanço Financeiro

As despesas orçamentárias se apresentam, no BF, como dispêndios, pela lógica orçamentária da execução da despesa: no montante dos empenhos de 2019. Portanto, os valores a elas relativos não encontram similaridade com os de desembolsos presentes nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC), mas sim, com a relação de despesas empenhadas constante no BO. Desse modo, o BF demonstra o montante das despesas orçamentárias, também consideradas as executadas por meio das provisões descentralizadas pelo TSE (nas ações governamentais voltadas à revisão biométrica do eleitorado e a pleitos eleitorais).

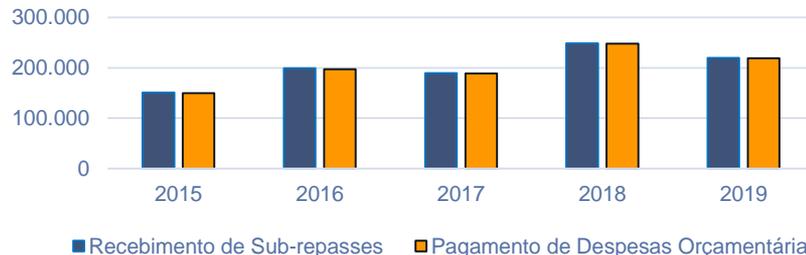
Para se apurar o resultado financeiro ao final do Exercício, faz-se necessário informar a parcela daquelas despesas orçamentárias a serem inscritas em restos a pagar (processados e não processados), como ingressos no BF, fazendo-se o necessário contraponto contábil.

**Pagamento de Despesas Orçamentárias (2015-2019)**



Especificação	2015	2016	2017	2018	2019
Recebimento de Sub-repasses	150.971	199.368	189.731	248.518	219.805
Pagamento de Despesas Orçamentárias	149.654	197.083	189.071	247.994	219.145

**Comparação entre Sub-repasses Recebidos e Pagamento de Despesas Orçamentárias (2015-2019)**



Na tabela e gráficos acima, demonstram-se as despesas orçamentárias pagas em seus respectivos Exercícios, no intervalo dos últimos cinco anos, descontadas, portanto, as inscrições de RP. Evidencia-se o aumento dos pagamentos das despesas orçamentárias, com picos significativos nos anos eleitorais (2016 e 2018), como também a sua compatibilidade com o simultâneo incremento nos sub-repasses transferidos pelo TSE, o que manteve o equilíbrio financeiro do TRE/PA no período considerado.

# Notas Explicativas – Balanço Financeiro

Os valores demonstrados como Arrecadação de Outra Unidade, integrando os “outros recebimentos extraorçamentários”, guardam correspondência com similar título presente em “outros ingressos operacionais” nas DFC: R\$1.469 mil e R\$ 3.625 mil, respectivamente para 2018 e 2019, com aumento de 246,76%. Trata-se, geralmente, de arrecadação financeira (multas e outros) feita pelo TRE/PA, porém destinada a outras unidades/entes governamentais, seja a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou o Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário), administrado pelo TSE. Em 2019, essa parcela arrecadada girou em torno de R\$ 1.961 mil. Tal valor se compensa pela efetiva transferência desse produto arrecadado àquelas unidades/entes de destino, inserida no “movimento de saldos patrimoniais”, presente, na coluna de Dispêndios do BF, como “transferência financeira concedida” (independentes da execução orçamentária).

No entanto, outra parcela significativa (45,89%) daquele total de Arrecadação de Outra Unidade em 2019, de R\$ 1.664 mil, referiu-se às taxas próprias arrecadadas para a realização de concurso público. O produto desta arrecadação, por sua vez, comporá o saldo final de “caixa e equivalentes de caixa”.

Ao final de 2019, apurou-se o incremento desse saldo financeiro, expresso como “caixa e equivalentes em caixa”, de R\$ 3.102 mil, em 331,64% se comparado ao de 2018. Esse valor se apresenta no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial (BP).

Em razão das operações financeiras realizadas pelo TRE/PA em 2019, o resultado financeiro apurado no BF coincide com a geração líquida de Caixa apontada nas DFC, tanto em 2018 como em 2019. Em ambas as situações, houve o aumento de 571,90% de um a outro Exercício, saindo-se de resultado negativo em 2018, para se chegar ao apurado de R\$ 2.166 mil, que impactou naquele saldo financeiro de R\$ 3.102 mil.

Geração Líquida de Caixa (DFC)		Resultado Financeiro (BF)		Variação (%)
2018	2019	2018	2019	
-	459	-	2.166	571,90

Em termos de Quociente do Resultado Financeiro (QRF), em que se evidencia a proporção de todos os ingressos de recursos financeiros em relação aos dispêndios em dado Exercício, demonstra-se, justamente, o melhor resultado apurado em 2019, de maior pontuação:

Quociente do Resultado Financeiro				
2015	2016	2017	2018	2019
0,96	1,00	0,99	1,00	1,01

**Variação do Quociente do Resultado Financeiro (2015-2019)**



# Notas Explicativas – Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Todos os valores monetários estão expressos em milhares, na moeda funcional da União, o Real (R\$).

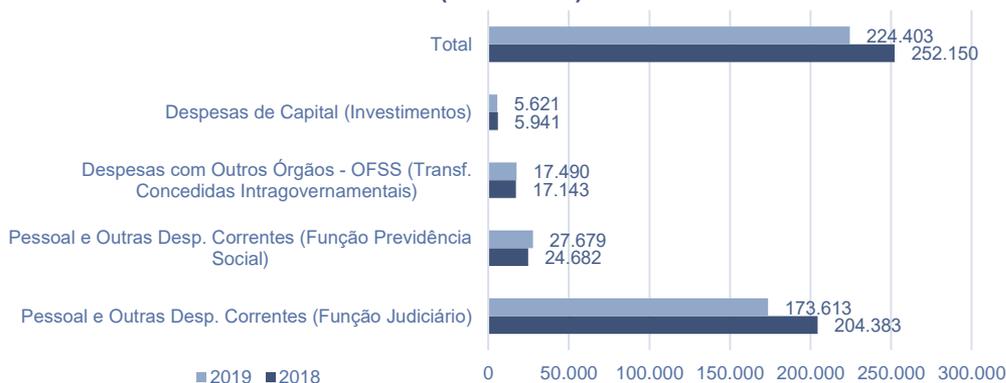
As Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC) evidenciam a dinâmica da movimentação de recursos financeiros pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA), de 1º/1 a 31/12/2019. Apresenta, portanto, a entrada e a saída de numerários em espécie e saldos bancários disponíveis (caixa), agrupando-as em fluxos correspondentes às atividades do Órgão que, no caso, dividem-se em: operacionais, voltadas à manutenção e ao desenvolvimento dos serviços jurisdicionais e administrativos prestados; e as de investimento, referentes à aquisição ou produção de Ativos (créditos, bens móveis e imóveis) de longo prazo de realização.

Nos ingressos relativos aos Fluxos de Caixa das atividades operacionais, destacam-se os recursos financeiros de que vale o TRE/PA para pagar suas despesas, que são os sub-repasses do Tesouro Nacional, transferidos pela setorial financeira da Justiça Eleitoral (TSE), sob título de “transferências financeiras recebidas”. O total dessas efetivas transferências, em 2019, de R\$ 225.112 mil, correspondeu a três tipos: os sub-repasses propriamente ditos, de R\$ 224.962 mil, correspondente a 99,93% daquele total, dos quais, R\$ 5.157 mil, foram para quitar restos a pagar, conforme discriminado no Balanço Financeiro (BF); a liberação de recursos, também pelo TSE, de restituição de multa, de R\$ 75 mil; e o recolhimento de multas eleitorais, de R\$ 75 mil. O somatório destas duas últimas transferências equivaleu a 0,07% do total das transferências recebidas, e também figuram no BF.

Em 2019, esses recursos financeiros, em volume proporcional, foram suficientes para custear os desembolsos relativos às atividades operacionais e, também, às despesas de capital do Órgão. Estes desembolsos montaram em R\$ 224.403 mil, e se relacionam às despesas orçamentárias pagas, de R\$ 219.145 mil, mais os restos a pagar processados e não processados pagos em 2019, de R\$ 5.258 mil, evidenciados no Balanço Orçamentário (BO).

Analisando o comportamento dos desembolsos em relação a 2018 (ano eleitoral), houve redução de 11% no seu volume em 2019, especificamente para as despesas de pessoal e demais correntes e para as despesas com investimentos. Em 2018, os desembolsos com as despesas orçamentárias e os restos a pagar (constituídos em exercícios anteriores) foram de R\$ 252.149 mil. Esses dados evidenciam o aumento de desembolsos, no TRE/PA, próprio de anos eleitorais, quando o volume de despesas orçamentárias tende a ser maior que em anos não-eleitorais, conforme gráfico abaixo:

## Desembolsos de Despesas Orçamentárias e Restos a Pagar (2018-2019)



# Notas Explicativas – Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Do gráfico anterior, esclarece-se que, para fins de composição dos Fluxos de Caixa, as despesas correntes (pessoal e outras) do TRE/PA estão relacionadas por função (classificação funcional da despesa), em que os gastos estão agregados por área de ação governamental, no caso, a voltada às atividades do Poder Judiciário Federal. Desses desembolsos, foram destacados os recolhimentos à previdência social e os realizados a outros órgãos ou unidades governamentais que fazem parte do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) – assim classificados, segundo a modalidade de aplicação 91. Estes figuram na DFC, respectivamente, como desembolsos na função Previdência Social e como Transferências concedidas intragovernamentais.

Conforme evidenciado no DFC, em 2018 o volume de ingressos financeiros não fora suficiente para fazer frente aos desembolsos do período, resultando no déficit financeiro de R\$ -459 mil, compensado pela existência de sobra financeira advinda de exercícios anteriores, de R\$ 1.394 mil. No final de 2019, por outro lado, o Órgão conseguiu obter a folga financeira de R\$ 2.166 mil, assim gerando caixa suficiente para o pagamento das obrigações próprias do Exercício, sem a necessidade do uso de saldos financeiros pré-existentes.

Ao lado e na página seguinte, apresentam-se gráficos que demonstram a evolução dessa geração líquida de caixa nos últimos cinco exercícios, em que se evidencia ter ocorrido, no próprio 2019, o melhor resultado apurado. Decompondo tais variáveis entre o montante recebido de recursos financeiros e o desembolsado para pagar as despesas orçamentárias e restos a pagar em igual intervalo de tempo, observa-se tendência, interrompida em 2016 e em 2019, de os recursos financeiros recebidos estarem abaixo, em maior ou menor grau, do montante necessário ao TRE/PA para pagar suas obrigações.

Geração Líquida de Caixa				
2015	2016	2017	2018	2019
- 7.061	642	- 1.649	- 459	2.166

**Evolução da Geração Líquida de Caixa (2015-2019)**



# Notas Explicativas – Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Especificação	2015	2016	2017	2018	2019
Transferências Financeiras Recebidas	156.922	207.945	192.614	251.690	225.112
Desembolsos por Despesas Orçamentárias e RP	163.969	207.530	194.283	252.150	224.403

**Evolução das Transferências Recebidas e dos Pagamentos de Despesas e de Restos a Pagar (2015-2019)**



Em termos de Quociente dos Fluxos de Caixa Operacionais (QFCO), que evidencia a geração líquida de caixa oriunda, exclusivamente, dos fluxos de atividades operacionais, obtiveram-se os índices demonstrados no gráfico abaixo. Neles, observam-se que as maiores pontuações foram apuradas nos Exercícios de 2016 e 2019, o que confirma a evolução demonstrada nos gráficos anteriores, quanto à geração líquida de caixa positiva.

**Varição do Quociente dos Fluxos de Caixa Operacionais (QFCO)**



# Notas Explicativas – Demonstrações dos Fluxos de Caixa

O valor presente como Arrecadação de Outra Unidade em 2019, dentro de “Outros ingressos operacionais” nos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais, de R\$ 3.625 mil, diz respeito à arrecadação financeira ocorrida no âmbito do TRE/PA, mas destinada à Secretaria do Tesouro Nacional (pelo princípio da Unidade de Tesouraria); vinculada ao Fundo Partidário; e, ainda, direcionada a atividades específicas, como a arrecadação de taxas para concurso público. À exceção deste último caso, trata-se de ingressos financeiros que o Órgão não utiliza, diretamente, no pagamento de suas despesas orçamentárias e de seus restos a pagar.

Essa Arrecadação de Outra Unidade, na dinâmica dos fluxos de caixa (ingressos e desembolsos) das atividades operacionais, é compensada por parcela das transferências financeiras concedidas em 2019, de R\$ 2.112 mil, presentes em “Outros desembolsos operacionais”, e que evidenciam o repasse daqueles recursos arrecadados seja ao Fundo Partidário como ao Tesouro Nacional. Da Arrecadação de Outra Unidade, R\$ 1.961 mil se referem a recursos financeiros que não ficaram para utilização direta do TRE/PA, o equivalente a 54,11%. Esclarece-se ainda que R\$1.268 mil se destinaram ao Fundo Partidário, Unidade Orçamentária 14901 (Fonte de Recursos 0174007030). As taxas arrecadadas com as inscrições para o concurso público em 2019, de R\$ 1.664 mil, corresponderam a 45,89% da Arrecadação de Outra Unidade a serem utilizadas no custeio da contratação.

Ao final de 2019, houve a formação do saldo financeiro acumulado de R\$ 3.102 mil, como Caixa e Equivalentes de Caixa, assim a figurar, também, no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial (BP). Parcela desse saldo, R\$ 528 mil, diz respeito às contas de depósitos judiciais, abertas no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal para o recolhimento de fianças, de valores apreendidos e de transações penais de que tratam os processos judiciais em tramitação nos Cartórios Eleitorais. Esses valores, por se tratarem de depósitos em consignação, não são utilizados pelo Tribunal nos desembolsos relativos a pagamento das despesas orçamentárias e dos restos a pagar, apesar de figurarem no saldo final de Caixa e Equivalentes de Caixa. A destinação desses valores fica a critério da respectiva autoridade judicial competente.

Nas DFC de 2019, a movimentação nessas contas judiciais, que abrigam tais depósitos para o Tribunal, está representada, pelos fluxos das entradas financeiras, como “outros ingressos operacionais” (extraorçamentários), dentro do montante de R\$ 85 mil, englobando não somente novos depósitos realizados no Exercício, como também a atualização monetária dos saldos das contas já existentes. Em contrapartida, as retiradas de valores nesses depósitos judiciais figuram, no fluxo dos desembolsos operacionais, como dispêndios extraorçamentários, no total de R\$ 127 mil. Esses valores também se apresentam na contraposição de ingressos e de dispêndios de que trata o BF, respectivamente nos recebimentos e nos pagamentos extraorçamentários, como “depósitos restituíveis e valores vinculados”.

A parcela mais significativa do saldo final de Caixa e Equivalente de Caixa, no subtotal de R\$ 2.574 mil, equivalente a 82,98%, refere-se ao saldo final da conta (patrimonial) de “Limite de Saque com vinculação de pagamento OFSS”, que trata, justamente, dos sub-repasses recebidos, via setorial financeira do TSE, para o pagamento das obrigações do TRE/PA. O controle contábil dessa conta evidencia o montante financeiro vinculado por fonte de recursos, seja do Tesouro Nacional ou própria do Órgão, a saber:

Código da Fonte de Recurso	Saldo Final 2019	Descrição
0100000000	957	Saldo deixado para 2020 para desembolso, pagamento das despesas operacionais ordinárias e de investimento do Tribunal.
0190000000	69	Saldo deixado para pagamentos cancelados de obrigações, mas não reclamados pelos credores, alguns de longo prazo.
0150141140	1.304	Saldo de arrecadação de taxas de inscrição de concurso público para provimento de cargo a se realizar em 2020.
0150000000	245	Saldo residual de arrecadação de taxa de inscrição de concurso público para provimento de cargo, realizado em 2014.

# Notas Explicativas – Demonstrações das Variações Patrimoniais

## 5. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, seja resultante ou independente da execução orçamentária. Indica o resultado patrimonial do exercício, podendo ser positivo ou negativo.

O resultado patrimonial é apurado pelo confronto entre variações patrimoniais quantitativas aumentativas (VPA) e diminutivas (VPD) e compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

Assemelha-se à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do Setor Privado, por meio da qual se apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade.

No Setor Público, contudo, o resultado patrimonial não funciona como um indicador de desempenho, mas sim como um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

Tomando-se como base o exercício de 2015, quando foram implementados o novo Plano de Contas aplicado ao Setor Público (PCASP) e os novos demonstrativos contábeis, verificam-se variações significativas nos exercícios subsequentes, conforme demonstrado no gráfico.

Entre os exercícios de 2016 e 2019, o resultado patrimonial foi influenciado, em especial, pelos montantes apurados nos seguintes itens:

### Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)

- Reavaliação de Ativos (decorrente da avaliação periódica de bens móveis e imóveis);
- Ganhos com incorporação de Ativos (aquisição de bens móveis e construção de bens imóveis) e
- Desincorporação de Passivos (ajustes contábeis e da quitação de passivos, sobretudo de pessoal).

### Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)

- Incorporação de Passivos (pelo registro contábil de passivos, sobretudo, de pessoal)
- Desincorporação de ativos (desfazimento de bens móveis);
- Depreciação e Amortização (registro contábil pelo desgaste dos bens, considerando a vida útil).

Importante esclarecer que, além de ser influenciado pela execução orçamentária, com a aplicação dos recursos em pessoal, serviços e bens, também causa reflexos no resultado patrimonial o trabalho de análise e registros contábeis dos atos e fatos que independem do orçamento realizados pela Contabilidade de acordo com as Normas Contábeis, o que contribui para a fidedignidade dos demonstrativos contábeis.

Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), evidencia-se o aumento do PL em função da apuração negativa do resultado do Exercício, em R\$ -2.722 mil, que foi compensada pela variação positiva decorrente de ajustes de exercícios anteriores, em R\$ 5.369 mil.

O gráfico abaixo demonstra o resultado patrimonial de 2019, correlacionando-o com os resultados apurados em exercícios anteriores.

### Resultado Patrimonial do Exercício

